



Ao décimo nono dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro pelas vinte e uma hora e trinta minutos, reuniu no auditório Augusto Simões da Junta de Freguesia de Pedrouços, sito na Avenida de Nossa Senhora da Natividade, número 250, na sua **11ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Pedrouços**, convocada nos termos do Regimento da Assembleia de Freguesia de Pedrouços (RAFP) conjugado com o nº1 do art. 11º e da alínea b) do nº 1 do art.14º da lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, com as suas posteriores alterações com a ordem de trabalhos: -----

Ponto 1 - Período de "Antes da Ordem do dia". -----

Ponto 2 - Período de Intervenção do Público de acordo com o n.º 3 do art.º 34º do regimento da Assembleia de Freguesia de Pedrouços. -----

Ponto 3 - Ordem do dia: -----

3.1 - Informação do Executivo sobre a atividade da Junta; -----

A sessão foi presidida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, **Rui Paulo Aragão de Almeida** (Deputado Independente), pelo Primeiro Secretário **Hugo Miguel Gomes Salgueiro** (Movimento Independente Hugo Salgueiro. Por Pedrouços - INDEP) e pela Segunda Secretária **Inês Santos Ferreira** (Coligação Maia em Primeiro - PPD/PSD-CDS-PP). -----

A sessão iniciou-se com a verificação das presenças, para além dos acima mencionados estiveram presentes os seguintes membros da assembleia: **Tiago Filipe Marques Lopes** (Deputado Independente); **António Agostinho Oliveira Félix** (Coligação Maia em Primeiro - PPD/PSD-CDS-PP); **António de Almeida Teixeira** (Coligação Maia em Primeiro - PPD/PSD-CDS-PP); **José Augusto da Silva Pinho** (Coligação Maia em Primeiro - PPD/PSD-CDS-PP); **Maria Alice Mota Cordeiro Medeiros** (Coligação Maia em Primeiro - PPD/PSD-CDS-PP); **Sara Maria da Silva Queijo** (PS - Partido Socialista); **Lara Manuel Tavares da Fonseca e Silva Formosinho** (PS- Partido Socialista); **Paulo Augusto dos Santos Lúcio**, em substituição da Deputada Flávia Augusta Silva Teixeira (Movimento Independente Hugo Salgueiro. Por Pedrouços. - INDEP); **Fernando Serafim da Silva**, em substituição da Deputada Diana Filipa Lopes Pereira (Coligação Democrática Unitária - PCP-PEV). -----

Constatada a existência de quórum o Presidente da Assembleia de Freguesia declarou aberta a sessão. A lista de presenças foi anexada à presente ata (**Documento 1**). -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, solicitou ao plenário que lhe faça chegar os documentos/requerimentos, que entendam como oportunos. Seguidamente refere a questão das atas como sendo um problema que ocorre de forma sistemática e, como tal, considera não ter existido um período razoável para a leitura e análise da Ata da 10ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Pedrouços. Nesse sentido, o Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, questionou o plenário se alguém se oporia a que a Ata da 10ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Pedrouços, fosse votada da sessão ordinária seguinte. Não obstante, informou ter recebido um requerimento, por parte do Movimento Independente Hugo Salgueiro. Por Pedrouços., onde foi solicitado que ao abrigo dos artigos 58º e 64º, do Regimento da Assembleia de



Freguesia de Pedrouços, seja nomeado um funcionário para a elaboração das atas. Referiu que, o assunto, já foi abordado na última sessão, da Assembleia de Freguesia, em que, inclusive, a Presidente da Junta de Freguesia, Isabel Carvalho, deu nota dos eventuais custos associados. Nesse sentido, no seu entendimento, conclui que a Assembleia de Freguesia é soberana para decidir, sobre o requerimento em questão, colocando-o a votação. -----

O Deputado Hugo Salgueiro (Movimento Independente Hugo Salgueiro. Por Pedrouços. - INDEP), solicitou a palavra e, no uso da mesma, informou que o requerimento foi submetido nos termos do seu conteúdo, sendo o culminar e em consequência de alguma contestação, por parte da Assembleia de Freguesia, pela demora na apresentação das atas. Em relação à questão colocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia, afirmou compreender e respeitar a sua posição, em sugerir colocar o requerimento a votação, mas diz ser seu entendimento, que essa sugestão não é possível, nem enquadrável, nem pode merecer acolhimento. Afirmou que o Regimento da Assembleia de Freguesia, foi aprovado, está em vigor e, como tal, rege o funcionamento da Assembleia de Freguesia. Referiu ainda que, caso o Presidente da Assembleia de Freguesia entenda que, o requerimento é descabido e que o atual Regimento da Assembleia de Freguesia já não será o adequado e, que eventualmente, isso poderá gerar custos, com os quais não exista concordância, reafirma que a única solução será alterar o Regulamento da Assembleia de Freguesia. Nesse sentido, reitera que o Regulamento da Assembleia de Freguesia foi aprovado e vigora, sendo seu entendimento que o requerimento não carece de aprovação do plenário. -----

O Deputado Tiago Lopes (Deputado Independente), no uso da palavra, declarou que Direito Administrativo não é a sua especialidade. Todavia, de acordo com a sua compreensão dos artigos mencionados, do Regimento da Assembleia de Freguesia, nomeadamente e cita o artigo 58º: "as atas são lavradas pelo funcionário da freguesia designado ou, na falta deste, pelo secretário". Não obstante, referiu a inexistência de um membro designado e afirmou a inexistência de uma obrigatoriedade na sua designação. Nesse sentido, no seu entendimento, na falta do membro designado e, atendendo ao facto de que a Junta de Freguesia, ter um défice de funcionários, bem como um elevado trabalho burocrático dos atuais funcionários, questionou em que momento serão elaboradas as atas, nomeadamente no período de expediente ou, fora dele, custeando horas extraordinárias. Na sua opinião, não encontra no Regimento da Assembleia de Freguesia, obrigatoriedade legal, de designação de um funcionário para o efeito e, nesse sentido, afirmou que a Assembleia e Freguesia é soberana para tomar essa decisão. Não obstante, é sua opinião que, se for caso disso, se altere Regimento da Assembleia de Freguesia. -----

A Deputada Lara Formosinho (PS - Partido Socialista), solicitou a palavra e, no uso da mesma, referiu que a situação deve ser analisada, nomeadamente a capacidade da Junta de Freguesia de Pedrouços, fazer face aos custos associados. Contudo, sendo possível, reconhece ser uma ideia interessante. -----

O Deputado Fernando Silva (Coligação Democrática Unitária - PCP-PEV), no uso da palavra, lembrou que as Assembleias de Freguesia são gravadas e sugeriu que, a ata, seja elaborada pelo funcionário da Junta de



Freguesia, no horário de expediente, evitando custos para a autarquia. Não obstante, relatou que a Assembleia de Freguesia pode deliberar, se assim o entender, a presença permanente de um funcionário da Junta de Freguesia, para o efeito. Posto isto e, apesar de reconhecer a importância da pormenorização da ata, na sua opinião, as mesmas, são demasiado extensas. Reafirmou que os assuntos com relevância devem ser registados e que, no seu entendimento, a presença de um funcionário, nas sessões da Assembleia de Freguesia, não é necessária, sendo suficiente a sua gravação e posterior elaboração da ata, em horário de expediente. Concluiu a sua intervenção referindo que não estava preparado para a apresentação do referido requerimento, recordando que, a Assembleia de Freguesia, segue uma Ordem de Trabalhos e, na mesma, não vislumbra a existência do assunto em questão. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, em resposta ao Deputado Fernando Silva, esclareceu que, o referido requerimento foi rececionado após o envio das Convocatórias, no dia dezoito de junho de dois mil e vinte e quatro. -----

A Deputada Lara Formosinho (PS - Partido Socialista), solicitou a palavra e, no uso da mesma referiu que, no seu entendimento, as atas não devem ser demasiado sucintas, devendo narrar tudo aquilo que se passou na Assembleia de Freguesia, independentemente da sua maior ou menor pormenorização. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, afirmou que a ata deverá transcrever fielmente tudo aquilo que se passou na Assembleia de Freguesia. -----

O Deputado Tiago Lopes (Deputado Independente), no uso da palavra e, no seguimento das intervenções, declarou a possibilidade e o risco de as atas serem necessárias, para fins jurídicos. Nesse sentido, realçou ser necessário o mínimo de pormenorização. No que concerne à questão da elaboração das atas, referiu que a questão não se prende com a presença da funcionária, nas Assembleias de Freguesia, mas sim com o tempo necessário despendido, para a sua posterior elaboração, lembrado a posição da Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV), aquando da apresentação do Mapa de Pessoal, em que considerou existir um défice de trabalhadores. Posto isto, afirmou que a consequência será onerar os trabalhadores com mais tarefas. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, na sequência das intervenções e, tendo em conta a data em que rececionou o referido requerimento, informou que irá proceder à sua análise, tendo por base a legislação em vigor, anunciando a sua pronúncia sobre o requerido a todos os Deputados, no prazo máximo de dez a quinze dias. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia de Freguesia, Rui Aragão, anunciou a presença do Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, administrador executivo da Maiambiente. Nesse seguimento, para uma breve nota introdutória, foi-lhe concedida a palavra. -----

O Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes e agradeceu o convite dirigido pela Junta de Freguesia, na pessoa da Senhora Presidente, Isabel Carvalho, e pela Assembleia de Freguesia, na pessoa do Senhor Presidente, Rui Aragão. Informou que a sua presença é com o propósito de anotar e esclarecer alguma questão que seja tida, como conveniente, pelo plenário. Posto isto, faz uma breve introdução sobre a empresa, informando que, a mesma, nasceu em 2001, sendo uma empresa



pública e municipal, em que a Câmara Municipal da Maia é detentora de cem por cento do capital. Aquando da sua constituição, a autarquia delegou-lhe competências na área da gestão de resíduos urbanos e da limpeza dos espaços públicos. Relatou que, há data, a empresa emprega cento e sessenta trabalhadores diretos e mais cerca de cem trabalhadores de outras empresas, com quem a Maiambiente tem contratos de prestação de serviços, nomeadamente na área da limpeza pública e na área de recolha de resíduos, em certas zonas do concelho. Informa que, no ano de dois mil e vinte e três, a empresa recolheu sessenta e quatro mil toneladas de resíduos, sendo quarenta e dois por cento, resíduos seletivos que, na sua maioria, são entregues à Lipor, que é a entidade gestora da região. Em relação aos restantes cinquenta e dois por cento, informou que são enviados para a Lipor II, localizada junto ao aeroporto, para posterior incineração, que consequentemente gerará energia elétrica, com capacidade para abastecer uma cidade, com a dimensão do concelho da Maia. No que diz respeito à limpeza urbana, informou que o concelho da Maia, tem seiscentos e dez quilómetros de ruas, isto é, mil e duzentos quilómetros de bermas, tendo realizado trinta mil quilómetros de varredura manual. A empresa gere cinco ecocentros, sendo o concelho da Maia, único nessa circunstância. Relata que a Maia é o único concelho no país, com o sistema de recolha de resíduos dito, porta-a-porta, em que cada foco possui os seus próprios contentores, cobrindo cerca de noventa por cento da população, sendo que os restantes dez por cento, beneficiam de contentores, enterrados ou semienterrados, na rua. Refere ainda a existência, pelo concelho, de contentores para os resíduos têxteis, existindo já um debate nacional sobre essa matéria, devido à diretiva comunitária que obriga a que, esses resíduos, possam ter uma segunda vida, sendo encaminhados para a reciclagem ou para reutilização, no mercado chamado de segunda mão. Informa que para que isso aconteça será necessário, por parte do Estado, desclassificar o resíduo, classificando-o como um segundo produto, que pode ser revendido. Não obstante, relata que grande parte dos resíduos têxteis são doados a instituições de caridade e, o restante, é reciclado. No passado, nas suas palavras, o modelo de recolha dos resíduos, porta-a-porta, no concelho da Maia era visto como algo alienígena. Contudo, referiu que atualmente o modelo serve de referência e de exemplo de boas práticas, de recolha de resíduos urbanos, para os restantes concelhos nacionais. Para concluir informa que o modelo porta a porta, consiste na recolha dos quatro materiais principais, nomeadamente o vidro, papel, plástico e indiferenciado. No que diz respeito aos ditos resíduos alimentares informou que, os mesmos, a partir deste ano, passam a ser de recolha obrigatória e que, neste momento, esse serviço já chega a cerca de trinta mil fogos, com o objetivo de, até ao final do ano, se estender a todo o concelho. Destacou ainda aquilo que diz ser um aspeto diferenciador, de todo o restante país, sendo a Maia foi pioneira, em que será obrigatório, até ao ano de dois mil e vinte e cinco, os clientes não domésticos, nomeadamente as empresas, pagarem o serviço mediante a quantidade de resíduos que produzem. O sistema "PAYT", antes da sua obrigatoriedade, foi uma opção estratégica do município e será estendida, a todos os clientes, por força da lei, até ao ano de dois mil e trinta. Após a apresentação do referido sistema faz uma breve explicação do modelo adotado, referindo ser um serviço pós-pago, em que é feito um registo da recolha dos resíduos indiferenciados que são recolhidos, sendo posteriormente cobrados, informando que, em relação aos resíduos seletivos, no momento, não existe nenhum custo associado. O mesmo



sistema, mas num modelo distinto, está a ser testado no município de Guimarães, onde são utilizados sacos coloridos, pré-comprados, para os vários materiais. Informa existir uma entidade reguladora, à escala nacional, que regula a área dos resíduos e a área da água, em que estabelece que, as entidades gestoras, na qual a Maiambiente se inclui, têm obrigativamente de criar condições para que aquilo que cobram aos seus clientes, aos cidadãos, seja suficiente para pagar aquilo que gastam com esse serviço. Quem não cumprir essa cobertura de gastos, será obrigado a optar pelo aumento da tarifa ou reduzir a despesa, de forma a atingir o equilíbrio. Nessa sequência, afirma que a Maiambiente está muito perto de atingir esse objetivo, esse equilíbrio, muito em breve e que todos os indicadores operacionais, económicos e financeiros, dizem que as estratégias que têm vindo a ser adotadas, são vistas como sendo uma boa prática, equiparada às melhores cidades da Europa, servindo de exemplo aos restantes municípios nacionais. Afirmou ainda que, a Maiambiente, nos últimos meses, recebeu dezenas de visitas, de municípios de todo o país, como forma de conhecer o modelo adotado. Terminada a sua intervenção, o Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, mostrou-se disponível para responder às questões que, o plenário, entenda como pertinentes e, na falta de elementos, que sustentem a sua resposta, informou que responderá posteriormente, por escrito, à Mesa da Assembleia de Freguesia.

O Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, questionou os presentes se alguém pretendia apresentar alguma questão ao Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes. -----

A Deputada Lara Formosinho (PS - Partido Socialista), solicitou a palavra e, no uso da mesma, questionou a veracidade da afirmação, do Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, quando referiu que o concelho da Maia é único a realizar a recolha de resíduos porta-a-porta. -----

O Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, em resposta, esclareceu que o concelho da Maia é o único município, com o sistema de recolha de resíduos porta-a-porta, como modelo standard. -----

A Deputada Lara Formosinho (PS - Partido Socialista), no uso da palavra e, em resposta, informou que viveu bastantes anos, na freguesia de Rio Tinto, onde já era realizada a recolha de resíduos porta-a-porta. -----

O Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, pediu a palavra e, no uso da mesma, informou que existem diversos exemplos, pelo país inteiro, de bairros ou freguesias, mas nenhum à escala do município, com este modelo documentado. Realçou ainda a particularidade do modelo de recolha do vidro, referindo que, na Europa, é raro existirem soluções, de recolha porta-a-porta, do vidro. -----

O Deputado Tiago Lopes (Deputado Independente), no uso da palavra, realçou que, segundo os testemunhos da Presidente da Junta de Freguesia, Isabel Carvalho, a Maiambiente é um dos melhores parceiros com que, a Freguesia de Pedrouços, poderá contar no município. referiu viver junto a um dos locais onde, por falta de civismo, é depositado lixo, quase todas as semanas. Contudo, indicou que, chegado o fim-de-semana, o lixo, já foi recolhido, assinalando isso como um aspeto positivo, merecedor de reconhecimento. Não obstante, identificou algumas questões, em relação à recolha do lixo indiferenciado, que passou a ser recolhido uma vez por semana e que, em alguns casos, podem gerar constrangimentos. Como exemplo, refere as famílias com bebés ou idosos, utilizadores de fraldas. Nesse sentido, questionou o porquê de os resíduos indiferenciados, serem só recolhidos uma vez por semana, questionando a possibilidade da recolha, ser intensificada em



certas alturas do ano ou ocorrer duas vezes por semana. Posto isto, lembrou ainda o facto de não existirem condições, em certas habitações, para albergar quatro contentores, nomeadamente na Rua Dona Amélia Moutinho Alves, apelando à colocação de um contentor comum, na área adjacente. Concluí questionando se para a Maiambiente, em relação à remoção dos “moloques”, foi benéfico para as freguesias e se, colocadas estas questões, não fará sentido a aposta numa campanha de sensibilização, nomeadamente para o princípio do utilizador pagador. Finalizou a sua intervenção afirmando que, se o ecoponto de Parada, não colocasse tantas dificuldades na recolha dos “monstros”, a situação não seria tão caótica. -----

O Deputado Fernando Silva (Coligação Democrática Unitária - PCP-PEV) solicitou a palavra e, no uso da mesma, dirige-se ao Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, informando-o que o ponto em discussão faz parte da informação do Executivo. Nesse seguimento, declarou a sua intenção em questionar o teor da reunião com a Maiambiente, no período antes da ordem do dia, relativamente à recolha do lixo e recolha de viaturas abandonadas na freguesia e quais os compromissos firmados, para a resolução do problema. -----

A Presidente da Junta de Freguesia, Isabel Carvalho, no uso da palavra, retificou o lapso e informou que não foi realizada uma reunião com a Maiambiente, mas sim diversas comunicações, com o departamento da referida empresa. -----

O Deputado Fernando Silva (Coligação Democrática Unitária - PCP-PEV) solicitou a palavra e, no uso da mesma, referiu ter escutado com atenção o Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, em relação ao bom funcionamento da Maiambiente, nomeadamente aos ecopontos, recolhas, entre outros. Contudo, afirmou que não existe ninguém que esteja de acordo com a forma de recolha dos resíduos indiferenciados, mais concretamente, uma vez por semana. Declarou ter presenciado e repreendido um cidadão que, de forma incorreta, colocou o seu lixo doméstico, numa papeleira e, na sequência dessa situação, relatou ter contactado a Polícia Municipal, pelas vinte horas da noite, para efetuar a participação. Todavia, para o efeito, solicitaram que se deslocasse, à esquadra, no dia seguinte de manhã. Não obstante, realçou que a sua questão fundamental se prende com a quantidade de vezes que é feita a recolha dos resíduos indiferenciados. -----

O Deputado Hugo Salgueiro (Movimento Independente Hugo Salgueiro. Por Pedrouços. - INDEP), no uso da palavra, saudou todos os presentes e dirigiu-se ao Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, reiterando que faz suas as palavras do Deputado Tiago Lopes (Deputado Independente), relativamente aos anseios da população. Disse que o que está em causa, é mais do que a opinião da Maiambinete, é a exigência da população em que os resíduos indiferenciados sejam recolhidos, duas vezes por semana, tendo em conta as circunstâncias já referidas e o agudizar de certas e determinadas épocas festivas. Refere ainda a sua preocupação com as “ilhas”, nomeadamente na Rua Dona Amélia Moutinho Alves, onde não existem condições de albergar os quatro contentores de resíduos, tendo em conta as dimensões das habitações. Não obstante, refere que com a retirada dos “moloques” e dos ecopontos, na Rua Margarida Ferreira de Araújo Guimarães, evita-se a colocação de “monstros”, mas criou-se um problema de saúde pública pois, a população, continua a depositar o seu lixo no mesmo local, com ou sem “moloques”, transformando o local num antro. Posto isto, questiona a Maiambiente sobre se prefere retirar os “moloques” e os ecopontos ou se será mais sensato ter, naquele local,



uma lixeira a céu aberto, colocando em causa a saúde pública. Não obstante, concordando e reconhecendo a sensatez do objetivo da empresa, de acordo com as normas comunitárias, em relação à reciclagem, na sua opinião, a população que não tem possibilidade em possuir contentores, tendencialmente irão juntar os resíduos no mesmo saco, não fazendo separação do lixo, criando dois problemas: uma lixeira e o desincentivo à reciclagem. Todavia, informa que alguma população, como forma de evitar custos adicionais, ao abrigo do programa "PAYT", coloca o seu lixo doméstico, nas freguesias vizinhas ou, em alternativa, no contentor do vizinho do lado. Ainda em relação aos resíduos indiferenciados, informa que as habitações, na Rua dos Beirões, na Rua 9 de Abril, na Rua Doutor João da Câmara, não sendo "ilhas", não têm capacidade para albergar contentores e, nesse sentido, não existindo outra alternativa, os moradores deslocam-se à freguesia vizinha ou transformam a freguesia numa lixeira a céu aberto. Na sua opinião, a questão não passa só pela falta de civismo, mas sim por encontrar uma solução para o problema, indo de encontro aos anseios da população, cabendo aos seus legítimos representantes, essa responsabilidade. Conclui solicitando à Maiambiente uma ação de sensibilização para a disposição dos contentores nas ruas, apelando a uma maior sensibilização para os problemas que, as pessoas de mobilidade reduzida, enfrentam no seu dia-a-dia. Posto isto, solicita que a ação de sensibilização seja dirigida aos funcionários e moradores, solicitando que coloquem o seu contentor, sempre que possível e preferencialmente, na rua e não no passeio, desde que as dimensões da via o permitam. Terminou parabenizado e enaltecendo o sistema "PAYT", implementado pela Maiambiente. Contudo, compreendendo o sistema utilizado nas moradias, questionou a empresa sobre qual o método utilizado em relação aos condomínios. -----

O Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, em resposta, esclareceu que não podem querer "sol na eira e chuva no nabal", não se pode "querer o céu e a terra" ao mesmo tempo. Na sua opinião, não podemos dizer que queremos ter recolha porta-a-porta e depois, porque escolheram pôr o contentor à porta, para ser recolhido, então estamos a prejudicar quem circula nos passeios. Refere ainda que, não se pode dizer que porque se mora num prédio e porque se implementou o princípio poluidor pagador nas casas, como residu num prédio não tenho benefício com isso, mas se residisse numa casa teria. Nas suas palavras, "a vida é assim" pois não podem ter uma solução para cada pessoa, mas sim soluções segmentadas por tipologias de clientes. Contudo, informa que os prédios irão ter, futuramente de igual forma, o princípio de poluidor pagador. Para o efeito, convidaram todas as administrações de condomínio, de prédios habitacionais, para uma reunião na empresa, tendo comparecido apenas vinte, num universo de mil administrações. Esclarece que é intenção da empresa que o modelo funcione, de forma idêntica, aos serviços comuns de um condomínio. Contudo, informa que a entidade reguladora não autorizou pois, no seu entendimento, a tarifa não pode ser aplicada ao condomínio, mas sim individualmente a cada condómino. Nesse sentido, cumprindo o estipulado, realça que, no presente mês, o sistema "PAYT" irá avançar nos prédios, numa área que alberga duas mil frações e que irá funcionar considerando um prédio, como se fosse uma casa, dividindo o valor apurado, pelo custo daquela recolha, por todos os condóminos. Em alternativa, referiu que seria identificar prédio a prédio, condómino a condómino, quem usou o contentor e obrigar a um investimento, nos contentores dos prédios, estimado em



cinco milhões de euros que, posteriormente, se poderia refletir na fatura dos utilizadores. Em relação à questão dos resíduos indiferenciados demonstra a sua perplexidade pela forma transversal no pedido de aumento da referida recolha. Lembra que, a recolha em questão, já vigora há pelo menos quatro anos e é transversal a todas as freguesias do concelho, nunca tendo sido colocada. Referiu, ainda, que, com a implementação da recolha dos resíduos alimentares, que passará a ser obrigatória, irá existir a tendência de baixar, ainda mais, a frequência de recolha de resíduos indiferenciados. Nesse seguimento, a Maiambiente está a ponderar a criação de um serviço dedicado e exclusivo de recolha de fraldas, num modelo flexível, em qualquer dia e qualquer horário, num saco especial, como forma de reduzir, ainda mais, os resíduos indiferenciados. A título de exemplo, esclarece que na Alemanha, na Bélgica e na Suíça, a recolha do lixo indiferenciado acontece de quinze em quinze dias ou de mês a mês. Realça que o custo médio, no concelho da Maia, são dez euros e que, nos referidos países, é o dobro e por cabeça. Nesse sentido, os mesmos, afirma entenderem ser um serviço caro e, como tal, não o usam para poupar. No que concerne aos contentores, refere que essa informação está divulgada e onde estão descritas as características dos contentores standart's, com capacidade para cento e quarenta litros, pensado nas características da viatura e na logística de quem faz a recolha. Todavia, informa que caso o utilizador entenda, que o contentor é exagerado, em termos de capacidade, pode solicitar um contentor mais pequeno, de cinquenta litros, indicado para as habitações com pouco espaço. Não obstante, realça que, caso a habitação não albergue, o contentor de cento e quarenta litros ou o de cinquenta litros, a Maiambiente disponibiliza sacos. Esclarece ainda que os contentores foram retirados da Rua Margarida Ferreira de Araújo Guimarães, de acordo com a estratégia da Maiambiente, que entende que todas as habitações devem ter contentores, não fazendo sentido existir contentores coletivos. Afirma que todos os sítios onde existem contentores coletivos são uma espécie de ponto negro, referindo que vai lá parar tudo e que, quando o mesmo desaparece, desaparece o tudo que lá ia parar. Na situação em concreto, a sua remoção teve um motivo extra que, segundo o mesmo, se deveu a atos de vandalismo, tendo sido incendiados, realçando que, cada contentor, tem o custo de cinco mil euros. Refere que a Maiambiente não tem a competência de fiscalização e, como tal, incentiva a que todos sejam fiscais uns dos outros, na persecução de um bem comum. Em resposta ao Deputado Fernando Serafim, informa que a Maiambiente não tem competência sobre os carros abandonados, fazendo apenas o seu reporte, às entidades competentes, quando os identifica ou quando, os mesmos, dificultam as operações da Maiambiente. No que às "ilhas" diz respeito, referiu não serem dogmáticos e diz ter a sensibilidade de compreender a excecionalidade de uma ou outra situação, nomeadamente na Rua 9 de Abril, na Rua dos Combatentes, que classifica como "casco antigo", em que admite que os arruamentos são estreitos e as casas pequenas, informou ter em curso um estudo, para encontrar uma solução diferente. Identifica o Largo 9 de Abril, como um problema grave, que não conseguem resolver, pois não têm competência, nem capacidade para resolver. No que diz respeito aos ecocentros reconhece dois aspetos: a Maiambiente é uma empresa em quem a autarquia delegou a competência, em matéria de resíduos urbanos, que são listados, isto é, a Maiambiente só pode recolher resíduos urbanos. Não obstante, o uso dos ecocentros está relacionado com a capacidade de substituição das caixas, onde o material é depositado, à medida que



vão enchendo e, até ao momento, nas suas palavras, tem sido feito a “olhometro”. Para colmatar essa situação está a ser instalada tecnologia que informará, em tempo real, a lotação da caixa para, em tempo útil, ser substituída. Concluí reconhecendo que existem dificuldades em que, nalguns casos, foram identificadas as soluções, que têm feito o possível, mas ainda não fizeram tudo, comprometendo-se a continuar a fazer o que estiver ao seu alcance para colmatar essas dificuldades. -----

O Deputado Fernando Silva (Coligação Democrática Unitária - PCP-PEV), no uso da palavra, questionou o Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, sobre a responsabilidade da limpeza dos contentores. -----

O Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, em resposta ao Deputado Fernando Silva, esclareceu que a limpeza do contentor, de uso privado, é da competência do utilizador, definido no regulamento. Em relação aos contentores comuns, localizados na rua, a responsabilidade é da Maiambiente. -----

O Deputado Fernando Silva (Coligação Democrática Unitária - PCP-PEV), solicitou a palavra e, no uso da mesma, questionou o Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, sobre a possibilidade de colocação de um pedal de abertura dos contentores, referindo ser bastante prático. -----

O Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, em resposta ao Deputado Fernando Silva, esclareceu que o custo, por contentor, para colocação de um pedal de abertura, rondaria os cinquenta euros. No seguimento da questão, revela uma situação caricata, ocorrida no concelho da Maia, em que receberam várias chamadas, de uma munícipe, em que solicitava a devolução do contentor. Com o intuito de perceber tal insistência, alega ter questionado a senhora sobre o motivo pelo qual queria devolver o contentor, tendo-lhe respondido que não queria que, o mesmo funcionário pegasse, com as mãos, no seu e no contentor dos vizinhos, a não ser que usasse luvas descartáveis. -----

O Deputado Fernando Silva (Coligação Democrática Unitária - PCP-PEV), no uso da palavra, diz compreender que o valor é significativo. Contudo, reafirmou que seria prático, para a colocação dos sacos de lixo nos contentores, diminuindo o esforço, nomeadamente das pessoas mais idosas. -----

O Deputado Hugo Salgueiro (Movimento Independente Hugo Salgueiro. Por Pedrouços. - INDEP), no uso da palavra, agradeceu, uma vez mais, a presença do Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, e questionou a sua recetividade, em relação à recolha do lixo indiferenciado, duas vezes por semana, solicitado uma resposta clara, em relação à questão. Reafirmou ser um anseio da população, transversal a todas as forças políticas da Assembleia de Freguesia, inclusive da Presidente da Junta de Freguesia, Isabel Carvalho. Nesse sentido, referiu que o Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, gere a Maiambiente, de acordo com os interesses da empresa e da autarquia e que, os membros da Assembleia de Freguesia, foram eleitos para defender os interesses dos Pedrouçenses. Posto isto, questionou se a Maiambiente está disponível para acatar a sugestão e reivindicação ou se, eventualmente, o assunto terá que ser debatido em Assembleia Municipal ou junto da Vereação. Não obstante, apesar de compreender a posição e política da Maiambiente, solicitou abertura ao diálogo, à negociação, com vista a um acordo entre as partes. No seu entendimento, se os anseios da população de Pedrouços, da Assembleia de Freguesia que a representa, e da Presidente da Junta de Freguesia, é ter na freguesias, duas vezes a recolha do lixo indiferenciado, diz não ver o porquê, a não ser por teimosia, de



não aceder a esse pedido. concluiu relembrando que a autarquia delegou a competência da recolha do lixo a uma empresa municipal, que é municipal e, como tal, no seu entendimento, faz todo o sentido que haja abertura de diálogo, de forma a ir de encontro aos anseios dos munícipes e, no caso em concreto, dos Pedrouçenses. -----

O Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, em resposta ao Deputado Hugo Salgueiro, esclareceu que está muito habituado a ouvir o tipo de discurso que proferiu. Refere que, de toda a estrutura municipal, é a pessoa que está sempre disponível para dialogar, discutir, debater, os assuntos que entendam como pertinentes. Realça que a Maiambiente, é uma empresa certificada, desde 2006, no sistema de gestão da qualidade, obrigando à realização de um inquérito de satisfação dos clientes, efetuado a uma amostra da população, com uma margem de erro de cinco por cento, em que afirma ser uma das questões: "Concorda com a frequência de recolha dos resíduos indiferenciados? Sim ou Não?". No seguimento desta questão, referiu que a resposta "Não", nunca valeu mais do que sessenta por cento e que, nos dias de hoje, a resposta "Sim", equivale a mais de oitenta por cento, em todas as freguesias. Relatou que a Maiambiente tem outros meios de comunicação, para onde os utilizadores podem fazer chegar sugestões ou reclamações e, há data, a questão da frequência de recolha, nas suas palavras, "é uma não questão". Posto isto, demonstra abertura para o diálogo, mas admitiu não chegar a um modelo em que, a freguesia de Pedrouços, porque um ou dez ou cinquenta pessoas, entende que a frequência de recolha deve ser duas vezes por semana, se irá mudar o modelo que é aplicado a cento e quarenta mil pessoas, com os resultados que se conhecem. Afirmou que não pode dizer que jamais, mas reafirma não existir razoabilidade no pedido pois, no seu entendimento, o pedido não tem a representatividade, a expressão, não é uma tendência, não corresponde às boas práticas e que tem vindo a ser complementado e compensado, com os outros serviços. No que concerne à recolha do lixo indiferenciado refere que, se fosse caso disso, poderia ser feito de manhã, à tarde e à noite, a questão prendia-se com, nas suas palavras, "quanto é que isto custa?" e, nesse sentido, questionou se alguém está interessado em pagar esse custo. -----

O Deputado Tiago Lopes (Deputado Independente), no uso da palavra, questionou o Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, se existirá uma recolha própria para os resíduos alimentares, diferente dos resíduos indiferenciados. -----

O Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, em resposta ao Deputado Tiago Lopes, esclareceu que já existe em metade da população, com vista a abranger, em princípio ainda este ano, todo o concelho. Informa ainda que, essa recolha, é feita duas vezes por semana. -----

O Deputado Tiago Lopes (Deputado Independente), solicitou a palavra e, no uso da mesma, dirige-se ao Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, referindo que essa circunstância já resolverá, em grande medida, o problema. Nesse seguimento, afirma que se a essa medida for contabilizada a solução das fraldas, já será suficiente, sendo que a questão da recolha dos resíduos indiferenciados, uma vez por semana, deixa de ser um problema. -----



O Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, em resposta ao Deputado Tiago Lopes, compromete-se, perante o plenário que, a questão das fraldas, está a ser estudada para ser implementada o mais breve possível. Referiu que a logística é complexa e terá que coexistir com os serviços já existentes, mas afirma que a empresa está empenhada a estudar esse caminho. -----

O Deputado António Félix (Coligação "Maia em Primeiro" - PPD-PSD/CDS.PP), solicitou a palavra e, no uso da mesma, questiona se será distribuído um novo contentor para o efeito. -----

O Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes, em resposta ao Deputado António Félix, respondeu de forma afirmativa, referindo que, o contentor, terá capacidade para vinte litros. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados, pelo Exmo. Senhor Engenheiro Carlos Mendes. Conforme acordado entre todos os membros da assembleia, o Presidente da Mesa, decretou uma pausa nos trabalhos, para análise dos documentos submetidos à mesa. -----

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, informou que no período de "Antes da Ordem do Dia", foram apresentados os seguintes documentos à mesa; -----

O Movimento Independente Hugo Salgueiro. Por Pedrouços. (INDEP) apresentou o seguinte documento à mesa; -----

Documento 3 - Voto de Louvor: "Cascata de São João" de David Silva. -----

O documento foi lido pelo Deputado Hugo Salgueiro (Movimento Independente Hugo Salgueiro. Por Pedrouços. - INDEP). -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, questionou os presentes se alguém pretendia intervir. -----

O Deputado Tiago Lopes (Deputado Independente), em representação da Coligação "Maia em Primeiro" (PPD-PSD/CDS-PP) e a Deputada Sara Queijo (PS - Partido Socialista) em representação do seu partido, pediram para subscrever o presente documento, o que foi aceite. -----

O documento foi colocado a votação: **APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----

13 Votos A Favor - Coligação "Maia em Primeiro" (PPD/PSD-CDS-PP); Partido Socialista (PS); Movimento Independente Hugo Salgueiro. Por Pedrouços. (INDEP); Coligação Democrática Unitária (PCD-PEV); Deputados Independentes. -----

A Coligação "Maia em Primeiro". (PPD-PSD/CDS-PP), apresentou os seguintes documentos à mesa; -----

Documento 4 - Proposta de Recomendação: Pedido de Esclarecimentos ao Executivo da Câmara Municipal da Maia. -----

O documento foi lido pelo Deputado Tiago Lopes (Deputado Independente), em representação da Coligação "Maia em Primeiro" (PPD-PSD/CDS-PP), acrescentando que não se esqueceu que foram eleitos pela coligação e, como tal, estão obrigados ao princípio de solidariedade política para com a mesma. Não obstante, referiu



que o principal compromisso é com o Pedrouçenses que os elegeram. Justifica ainda a dureza da linguagem usada, no referido documento, com a exaustão sentida, uma vez que no mês de novembro de 2023, foram enunciadas diversas obras e às quais solicitaram que, até ao mês de abril de 2024, fosse dada uma resposta, por escrito, com a data para a conclusão das mesmas. Referiu ainda que, à data, não receberam qualquer resposta por parte da Câmara Municipal da Maia e, nesse sentido, referiu que gostava que as boas intenções saíssem do papel e passassem a obras visíveis para a população. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, em abono da verdade, esclareceu que só enviou recentemente, à Câmara Municipal da Maia, os pedidos às questões apresentadas e formuladas, pelo que, lamenta o seu lapso. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, questionou os presentes se alguém pretendia intervir. -----

O documento foi colocado a votação: **APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----

13 Votos A Favor - Coligação "Maia em Primeiro" (PPD/PSD-CDS-PP); Partido Socialista (PS); Movimento Independente Hugo Salgueiro. Por Pedrouços. (INDEP); Coligação Democrática Unitária (PCD-PEV); Deputados Independentes. -----

Documento 5 - Voto de Louvor: Comemoração do Dia Mundial da Criança. -----

O documento foi lido pela Deputada Inês Ferreira (Coligação "Maia em Primeiro" - PPD-PSD/CDS-PP). -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, questionou os presentes se alguém pretendia intervir. -----

A Deputada Lara Formosinho (PS - Partido Socialista), solicitou que fosse retificado o termo "Primárias", para Primeiro Ciclo ou Ensino Básico, referindo que o termo utilizado já se contra ultrapassado e em desuso. -----

A sugestão foi aceite pelo proponente, tendo sido retificado o termo para "Ensino Básico". -----

O Deputado Hugo Salgueiro (Movimento Independente Hugo Salgueiro. Por Pedrouços.), no uso da palavra, em representação da sua bancada, pediu para subscrever o presente documento, o que foi aceite. -----

O documento foi colocado a votação: **APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----

13 Votos A Favor - Coligação "Maia em Primeiro" (PPD/PSD-CDS-PP); Partido Socialista (PS); Movimento Independente Hugo Salgueiro. Por Pedrouços. (INDEP); Coligação Democrática Unitária (PCD-PEV); Deputados Independentes. -----

Concluído a apresentação dos documentos, o Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, questionou se mais alguém pretende intervir. -----

O Deputado Fernando Silva (Coligação Democrática Unitária - PCP-PEV) solicitou a palavra e, no uso da mesma, questiona o Presidente da Mesa da Assembleia sobre a não constituição da Comissão de Trabalho para as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Dirige ainda algumas questões à Presidente da Junta de



Freguesia, sobre o ponto de situação em que se encontra a Biblioteca Papiniano Carlos e o Polidesportivo, anexo à Escola Básica e Secundária de Pedrouços. -----

A Presidente da Junta de Freguesia, Isabel Carvalho, em resposta, questiona se o Deputado Fernando Silva, observou o documento, sobre a informação do executivo da junta de freguesia, referindo que, nesse documento, consta informação sobre o ponto de situação da Biblioteca Papiniano Carlos. Informa que, o Arquiteto e o Engenheiro Manuel Vieira fizeram o levantamento das obras não realizadas pela empresa PMI, que, entretanto, declarou insolvência, de forma a, posteriormente, acionar o seguro correspondente e começar a obra de reparação. Em relação ao Polidesportivo remete explicações para o Presidente da Câmara Municipal da Maia, lembrando que, segundo o mesmo, as obras estão para concurso de instalação de um equipamento de Padel. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, no uso da palavra e, em resposta ao Deputado Fernando Silva, esclareceu que, no seu entendimento, deduziu que a não criação da Comissão de Trabalho para as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, estaria colmatada pelas atividades que foram desenvolvidas pela Junta de Freguesia. Nesse sentido, não tendo sido esse o entendimento do Deputado Fernando Silva, questiona-o sobre se mantém a pretensão de criação da Comissão de Trabalho para as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, para o presente ano. -----

A Segunda-Secretária, Inês Ferreira, no uso da palavra, declarou ser uma boa ideia, realizar as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, ainda no presente ano, sugerindo que essa comemoração seja feita no dia 25 de novembro. -----

O Deputado Tiago Lopes (Deputado Independente), aceita e demonstra a sua concordância com a sugestão apresentada. -----

O Deputado Fernando Silva (Coligação Democrática Unitária - PCP-PEV) solicitou a palavra e, no uso da mesma, considerou a sugestão apresentada, pela Segunda-Secretária, Inês Ferreira, uma provocação. No seu entendimento, pois vivenciou ambos os momentos históricos, o 25 de Abril nada tem a haver com o 25 de novembro. Não obstante, apesar de não confundir as referidas datas, reconhece a importância do 25 de novembro, encabeçado pelo Dr. Mário Soares. Nesse sentido, sugere que a Segunda Secretária Inês Ferreira, consulte os livros e canais de história, como forma de esclarecimento sobre ambas as datas. Todavia, realça que o que está em discussão é a Comemoração dos 50 anos do 25 de Abril e, como tal, se houver alguém contra o 25 de Abril, só terá de se manifestar nesse sentido. -----

A Segunda-Secretária Inês Ferreira, em resposta ao Deputado Fernando Serafim (Coligação Democrática Unitária - PCP-PEV), referiu que tudo depende da perspetiva. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, no uso da palavra, esclarece que a Moção foi aprovada, pela Assembleia de Freguesia e, como tal, a Comissão de Trabalho para as Comemorações dos 50 anos do



25 de Abril irá ser constituída. Dessa forma, questiona se os grupos políticos querem apresentar, no momento ou posteriormente, o seu representante para a referida Comissão de Trabalho. -----

O Deputado Tiago Lopes (Deputado Independente), no uso da figura regimental de defesa da honra, referiu que usar o argumento da idade para discutir acontecimentos históricos, é um não argumento. Afirma que, caso o fosse, ninguém estaria habilitado para discutir os benefícios, ou não, da Revolução Francesa, ou inclusive da Implantação da República. Nesse sentido, reafirma que é um não argumento e que, não sua opinião, não deve ser invocado em circunstância alguma. -----

O Deputado José Pinho (Coligação "Maia em Primeiro" – PPD-PSD/CDS-PP), no uso da palavra, revelando o seu desconhecimento, questiona o Presidente da Mesa da Assembleia, sobre o ponto de situação do grupo de trabalho, em relação à Polícia Municipal. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, em resposta ao Deputado José Pinho, referiu que irá registar e solicitar, ao referido grupo de trabalho, informações sobre o ponto de situação. -----

Ponto 2 - Período de Intervenção do Público, de acordo com o n.º 3 do art.º 34º do Regimento de Assembleia de Freguesia de Pedrouços. -----

Neste ponto inscreveram-se: -----

- O Senhor José Sereno, portador do cartão de cidadão n.º 03696406; -----

Os inscritos utilizaram a palavra pela ordem de inscrição. -----

O Senhor José Sereno, saudou todos os presentes e informou que tem apresentado, pessoalmente e na Assembleia de Freguesia, diversos assuntos, referindo a demora na sua resolução. Nesse sentido, na tentativa de uma rápida resolução, solicita que as situações que irá identificar, fiquem registadas em ata. Dessa forma, informa que na futura rotunda, ao cimo da Avenida Nossa Senhora da Natividade, chamou à atenção sobre um poste de eletricidade, que deverá ser retirado o mais breve possível pois, no seu entendimento, o mesmo, pode criar embaraço aos utilizadores da via e, com isso, originar acidentes. Não obstante, refere o estreitamento da via e a sua nova configuração, irá originar vários acidentes entre veículos, ligeiros e pesados. Como exemplo, refere que nos últimos dias, quando descia a Travessa Nova da Giesta, em direção à futura rotunda, teve que abrandar e parar para dar passagem ao veículo da polícia municipal que, de forma incorreta, não acompanhou o perfil da via, desrespeitando o Código da Estrada. Posto isto, solicita que a Junta de Freguesia remeta, à Câmara Municipal da Maia, estas situações que colocam em causa a segurança dos utilizadores da via e lamenta, nas suas palavras, os "Engenheiros de Gabinete". Informa ainda que houve um pequeno aluimento do passeio, junto à cabine elétrica, que faz parte integrante da sede do Pedrouços Atlético Clube e que, o mesmo, coloca em causa a segurança dos peões, lamentando que a situação se mantenha inalterada há mais de um mês. Refere que, apesar de não ser da responsabilidade da Junta de Freguesia, nem da Câmara Municipal da Maia, solicita ajuda ao Executivo para resolver o problema. Volta a relembrar a questão das lombas/passadeiras sobrelevadas pois, na sua opinião e, segundo as normas, as mesmas, têm



que se implementadas mais do que uma, na mesma via, traduzindo-se em “zonas de velocidade reduzida”, referindo-se concretamente às lombas/passadeiras sobrelevadas existentes na Travessa Nova da Giesta e, mais recentemente, na Rua General Humberto Delgado, solicitando que sejam criadas condições e sejam sinalizadas, como tal, as “zonas de velocidade reduzida”. Denuncia ainda o estado degradante em que se encontram os terrenos camarários, envolventes ao Pedrouços Atlético Clube e ao Pavilhão Municipal (número treze) de Pedrouços e, dessa forma, requer que o Executivo da Junta de Freguesia, junto da Câmara Municipal da Maia, solicite a sua limpeza. Transmite também que existe, um pouco por toda a freguesia, sinalização vertical coberta por arbustos e, em alguns casos, nas suas palavras, “queimada pelo tempo e pelo sol”. Nesse sentido solicita que, nesses casos, seja feita a devida limpeza e, assim que possível, seja feita a substituição da sinalização. Por último, solicitou a reposição do espelho de verificação de segurança rodoviária, no entroncamento da Rua Francisco Dantas e a Rua Augusto Guedes Pinto. -----

A Presidente da Junta de Freguesia, Isabel Carvalho, em resposta ao Senhor José Sereno, informou que, em relação à futura rotunda, no dia quatro de junho, pelas dezoito horas, o Executivo da Junta de Freguesia, juntamente com o Presidente da Câmara Municipal e o Arquiteto Pedro Tiago, estiveram no local, onde teve oportunidade de demonstrar a sua indignação e pedir a alteração daquilo que, na sua opinião, estaria menos bem. Informa que o projeto vai ser reavaliado e, neste momento, aguarda pelo novo projeto. Em relação ao aluimento do passeio, junto à cabine elétrica, informa que os serviços da Junta de Freguesia, não conseguem proceder à reparação. Revela ter comunicado a situação à empresa EDP que, entretanto, respondeu, informando que já entregou, a ordem de reparação, ao prestador de serviços, solicitando inclusive que, a Junta de Freguesia, mantivesse a sinalização no local. No que diz respeito às lombas questiona se o Senhor José Sereno, pretende remeter o documento, com o conluio do Presidente da Mesa da Assembleia, à Câmara Municipal da Maia. No seu entendimento e, após várias reuniões com o departamento do urbanismo e com o Engenheiro Vítor Ascensão, as lombas estão corretas, de acordo com a Lei e, como tal, nada poderá fazer. ----

O Senhor José Sereno, solicitou a palavra para uma interpelação e, no uso da mesma, requereu à Junta de Freguesia, a disponibilização de uma PEN Drive, para a entrega do documento sobre a Regulamentação das Lombas, que estabelece a altura das rampas de acesso e, inclusive, as suas localizações. -----

Após a interpelação, a Presidente da Junta de Freguesia, Isabel Carvalho, prossegue a sua resposta ao Senhor José Sereno, sugerindo que, o mesmo, faça uma exposição, por escrito, à Junta de Freguesia, sobre a questão das lombas/passeiras sobrelevadas, para posteriormente remeter ao respetivo departamento da Câmara Municipal da Maia. -----

O Senhor José Sereno, solicitou novamente a palavra para uma interpelação e, no uso da mesma, questionou o porquê de existirem três lombas, na Rua Dom António Castro Meireles, e não apenas uma. Na sua opinião, a existência das três lombas será para dar cumprimento do referido Regulamento das Lombas, que não é um regulamento português, mas da Comunidade Europeia. -----



O Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, reitera as palavras da Presidente da Junta de Freguesia, sugerindo que o Senhor José Sereno, faça chegar uma exposição, com a devida argumentação factual e normativa, à Assembleia ou Junta de Freguesia que, posteriormente, remeterá à Câmara Municipal da Maia que, a seu tempo, dará a sua competente resposta, para esclarecimento da questão. -----

Após nova interpelação e intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia, a Presidente da Junta de Freguesia, Isabel Carvalho, finalizou a sua resposta ao Senhor José Sereno, referindo que irá questionar a Câmara Municipal da Maia, sobre a responsabilidade de limpeza do terreno, de forma a perceber se é competência da autarquia ou do Pedrouços Atlético Clube, proceder à respetiva limpeza. -----

O Senhor José Sereno, no uso da palavra, informou que não se refere ao recinto do Pedrouços Atlético Clube, mas aos terrenos envolventes, que são camarários, em que o tamanho das ervas chega a um metro de altura.

A Presidente da Junta de Freguesia, Isabel Carvalho, informou que irá comunicar a situação à autarquia. Em relação à sinalização vertical e horizontal, refere a existência de um programa, já em curso, em que até ao dia trinta de dezembro, a sinalização vertical será substituída e a horizontal novamente pintada. No que diz respeito ao espelho, no entroncamento da Rua Francisco Dantas com a Rua Augusto Guedes Pinto, informou que o anterior espelho, que foi retirado, era propriedade do dono da obra. Não obstante, a Junta de Freguesia irá submeter o pedido de avaliação à DJU, conforme dois pedidos já enviados à Câmara Municipal da Maia e, posteriormente, dará conhecimento, ao Senhor José Sereno, sobre a avaliação e resposta da autarquia. -----

Ponto 3 - Ordem do Dia: -----

3.1 - Informação ao Executivo sobre a atividade da Junta. -----

Esta informação encontra-se em documento anexo (documento em anexo). -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, questionou os presentes se receberam o documento, em questão, e se alguém pretendia intervir. -----

O Deputado Hugo Salgueiro (Movimento Independente Hugo Salgueiro. Por Pedrouços.), solicitou a palavra e, no uso da mesma, questiona a Presidente da Junta de Freguesia, sobre o ponto de situação, do ocorrido na Rua Doutor João da Câmara, em que foi realizado um alteamento do acesso à garagem e que, posteriormente, originou várias quedas, das quais, uma pessoa, necessitou de assistência médica. Refere que o Executivo, há data, na pessoa da Senhora Presidente, transmitiu que o processo estava sob a alçada da Câmara Municipal da Maia e das entidades competente. Nesse sentido, questionou se houve algum desenvolvimento no processo e se o proprietário já foi intimado a remover o alteamento. -----

A Presidente da Junta de Freguesia, Isabel Carvalho, informa que pediu a intervenção da Polícia Municipal, com o intuito de perceber se existia autorização para a realização da obra/alteamento. Referiu a existência do IP da ocorrência, mas que até ao momento não chegou nenhuma informação à Junta de Freguesia. Não obstante, irá solicitar novamente uma resposta às entidades competentes e, posteriormente, remeterá essa resposta ao Senhor Deputado Hugo Salgueiro. -----



ATA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA 2024 - QUADRIÉNIO 2021/2025

O Deputado Tiago Lopes (Deputado Independente), a título de esclarecimento, questionou se o assunto mencionado se prende com a construção ilegal de uma rampa, anteriormente abordada. -----

O Deputado Hugo Salgueiro (Movimento Independente Hugo Salgueiro. Por Pedrouços.), solicitou a palavra e, no uso da mesma, na perspetiva de esclarecer a questão, informou que as rampas existentes na Rua Doutor João da Câmara e na Rua Manuel Pinto de Azevedo eram necessárias. Referiu que, segundo o testemunho dos moradores, aquando da autorização da construção daquelas habitações/moradias, para serem construídas as garagens, os passeios foram obrigatoriamente alteados, para permitir a entrada dos veículos nas suas respetivas garagens. Não obstante, na situação em concreto, já existia esse alteamento para facilitar a entrada do veículo na garagem, autorizado pela autarquia. Todavia, foi agora realizado um alteamento, em cima do alteamento já existente, localizado no passeio, tendo provocado a queda de um cidadão, que necessitou de assistência hospital. -----

O Deputado Fernando Silva (Coligação Democrática Unitária - PCP-PEV) no uso da palavra, questionou a Presidente da Junta de Freguesia, sobre a área social e o apoio social prestado à população. No seu entendimento, refere que a informação prestada deve ser complementada com valores, com a quantidade de cidadãos que são abrangidos pelo apoio social, prestado pela Junta de Freguesia. Nesse sentido, solicita ser informado sobre qual a quantidade de famílias que beneficiam desse apoio. -----

A Presidente da Junta de Freguesia, Isabel Carvalho, em resposta ao Deputado Fernando Silva, informa que são atendidos, por semana, cerca de vinte cidadãos e que, na próxima informação sobre a atividade do Executivo, os valores já serão contemplados. -----

Não havendo mais intervenções e terminados os pontos, da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia, Rui Aragão, colocou a Ata minuta, depois de lida, a votação: -----

A Ata minuta foi colocada a votação: **APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

13 Votos A Favor - Coligação "Maia em Primeiro" (PPD-PSD/CDS-PP); Partido Socialista (PS); Movimento Independente Hugo Salgueiro. Por Pedrouços. (INDEP); Coligação Democrática Unitária (PCD-PEV), Deputados Independentes. -----

A sessão da Assembleia de Freguesia terminou pela meia noite e nove minutos do dia vinte de junho de dois mil e vinte e quatro. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia de Pedrouços,

(Rui Paulo Aragão de Almeida)



Primeiro-Secretário da Assembleia de Freguesia de Pedrouços,

(Hugo Miguel Gomes Salgueiro)

Segunda-Secretária da Assembleia de Freguesia de Pedrouços,

(Inês Santos Ferreira)